

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA
Critérios de competência
Parte 1

Prof(a). Bethania Senra

Critérios de competência:

Critério objetivo: é adotado quando a competência for determinada pelo valor atribuído à causa ou pela matéria que será discutida no processo.

- **Em razão do valor da causa: a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível (art. 291, CPC) e, com base nele, as normas de organização judiciária podem atribuir competência a um ou outro órgão julgante.**

As causas atribuídas à competência do Juizado Especial Cível, de acordo com a Lei 9.099/95, sujeitam-se, dentre outros, ao critério do valor de até 40 salários mínimos (art. 3 , inciso I).

Em razão da matéria: o direito material controvertido pode servir, inicialmente, para determinar a competência civil na esfera constitucional, atribuindo   causa ou   Justiça Federal ou   Justiça Estadual. Mas, dentro do foro, é ainda possível a subdivisão do mesmo entre varas especializadas (varas de família, de falência etc).

2. Critério funcional: é a repartição das atividades jurisdicionais entre os diversos órgãos que devam atuar dentro de um mesmo processo.

Classifica-se em:

a) fases do procedimento: ocorre, por exemplo, quando a execução corre numa comarca, mas incide sobre bens situados em outra. Neste caso, a competência para os atos de penhora, avaliação e alienação será deslocado para o juízo da situação dos bens (art. 845, §2º, CPC).

b) grau de jurisdição: ocorre nos casos de competência originária dos Tribunais para algumas espécies de causa, como a ação rescisória, bem como a competência recursal (competência hierárquica).

c) objeto do juízo: ocorre, por exemplo, no julgamento dos Tribunais, quando é suscitada questão de inconstitucionalidade, havendo, neste caso, duas decisões por órgãos distintos: a Câmara decide o recurso e o Pleno decide o incidente.

3. Cr terio territorial:   atribuída aos diversos órgãos jurisdicionais levando em conta a divisão do território nacional em circunscric es judiciárias.

Foro comum ou geral: É o do domicílio do réu.

CPC, art. 46. A a o fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.

  1  Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.

É 2o Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.

É 3o Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a a o será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a a o será proposta em qualquer foro.

É 4o Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles,   escolha do autor.

É 5o A execu o fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.